

HABEAS CORPUS Nº 547.178 - SP (2019/0350000-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : FELIPE GODOY CARDOZO
ADVOGADO : FELIPE GODOY CARDOZO - SP342004
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUSTAVO ALVES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUSTAVO ALVES DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - HC n. 2251264-77.2019.8.26.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no artigo 180 do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Nesta via, alega o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar imposta ao acusado, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP, sustentando que a motivação da cautelar segregatória foi com base na gravidade abstrata do delito.

Assevera que o acusado possui endereço conhecido, aduzindo, também, que a sua reincidência não é fundamento para a manutenção da custódia antecipada.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente. Subsidiariamente, que sejam aplicadas as medidas cautelares diversas da segregação.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante se infere do seguinte trecho do aresto impugnado (fls. 71/74):

Com efeito, a conversão da prisão inicial em preventiva baseou-se em preceitos legais e em detalhes do caso concreto, anotando a magistrada visualizar “... contundentes indícios de autoria e prova da materialidade, conferindo-se os depoimentos do condutor, da testemunha, da vítima, e o auto de exibição, apreensão, entrega e avaliação. (...) o indiciado ostenta condenação e é reincidente em crime contra o patrimônio (roubo), evidenciando-se a presença dos pressupostos estabelecidos na legislação adjetiva penal à segregação cautelar, especialmente para a garantia da ordem

pública; tais circunstâncias impedem a aplicação de medida mais branda, a teor dos artigos 282, inciso II, 312 e 324, inciso IV, do CPP. De outra banda, anoto que a prisão também é indispensável para assegurar a instrução criminal, pois não há efetiva demonstração de vínculo com o distrito da culpa, especialmente ocupação lícita e regular, de modo que facilmente poderá frustrar os chamamentos judiciais e motivar a aplicação do artigo 366 do CPP. (...).” (fls. 43, grifei).

Ao contrário do sugerido pela Defesa, a decisão através da qual se converteu a custódia derivada do flagrante em preventiva reveste-se de fundamentação idônea, porquanto alicerçada em indícios suficientes de autoria e prova da materialidade retratados no auto de prisão (“fumus commissi delicti”) e, ainda, na situação peculiar do paciente, consoante artigos 315 do Código de Processo Penal e 93, inciso IX, da Constituição Federal, algo diverso da abstração cogitada.

Nesse tom, discorreu a magistrada sobre a necessidade de manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, sobretudo diante do passado criminoso de GUSTAVO, indivíduo reincidente pilhado na posse de motocicleta produto de roubo ocorrido no mesmo dia da abordagem policial, peculiaridade apta a desvendar vínculo estreito com os autores do crime precedente.

A propósito, breve análise da folha de antecedentes criminais observada a fls. 37/41 e da certidão de fls. 33/34 permite constatar que GUSTAVO ostenta condenação pretérita e imutável pela prática do crime de roubo (autos nº. 0053705-69.2014.8.26.0050) não alcançada pelo período depurador e, pois, apta a desvendar a reincidência, tudo a demonstrar índole indiscutivelmente voltada à delinquência ou persistência na senda do crime, revelando-se a segregação imprescindível para se obstaculizar risco real de nova recidiva, considerado o caráter nocivo próprio daqueles que fazem dos delitos seu modo de vida.

[...]

Não bastasse, no caso concreto, tratando-se de receptação de veículo (bem de elevado valor econômico) e em face da possibilidade de envolvimento em delito de extrema gravidade (roubo do aludido veículo), nítida a acentuada periculosidade do paciente, cuja custódia cautelar afigura-se mesmo imprescindível para garantia da ordem pública, tendo em vista o proeminente dolo

ínsito ao autor de delito em tais condições a evidenciar intensa culpabilidade, quadro incondizente com singelas medidas diversas previstas no artigo 319 do Estatuto Processual Penal.

Portanto, justificável (aliás, inafastável) a custódia cautelar para garantia da ordem pública, porquanto a permanência do paciente em liberdade, tendo em vista a proeminente periculosidade em destaque, ensejaria intranquilidade social em razão do justificado e concreto receio de retornar GUSTAVO a delinquir.

[...]

A propósito, importante destacar que não há informações detalhadas a respeito de eventual desempenho de atividade lícita exercida pelo paciente, de sorte que a constrição cautelar afigura-se necessária também para conveniência da instrução criminal, como forma de assegurar o desenrolar dos atos processuais subsequentes. De outra banda, medidas cautelares alternativas só podem ser aplicadas quando ausentes os requisitos da prisão preventiva, quadro diverso daquele aqui delineado, prescindindo-se do afastamento uma a uma das medidas, porquanto motivada a manutenção da segregação.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

Ademais, esta Corte Superior de Justiça já decidiu que "*a prisão em flagrante foi convertida em preventiva com expressa menção à reincidência e existência de antecedentes criminais do Réu, nos termos da jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que 'a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva'* (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018)" (HC 508.841/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 10/09/2019), circunstância que afasta a plausibilidade jurídica da medida de urgência.

Em arremate, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito da impetração, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca do andamento da ação penal deflagrada contra o paciente, encaminhando a esta Corte Superior cópia de eventual sentença proferida e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo, noticiando ainda acerca da situação prisional do acusado.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator